



ATELIÊ

técnico-científico

Caderno de resumos de João Monlevade

www.doctum.edu.br



**Ateliê Técnico Científico: caderno de resumos de João
Monlevade**

ANAIS – 1º Semestre de 2017

Ano III – Volume I

ISSN: 2526-8627

Editor e Organizador: Prof. Me. Breno Eustáquio da Silva

**O Ateliê Técnico-Científico: Caderno de Resumos de João
Monlevade é uma publicação semestral da unidade Doctum de
João Monlevade-MG.**

Rede de Ensino Doctum – Instituto Ensinar Brasil



Expediente:

Presidente

Cláudio Cezar Azevedo de Almeida Leitão

Superintendente de Ensino

Ma. Ivana Leitão

Diretoria de Ensino

Ma. Heloisa Albuquerque

Coordenadora Geral de Pesquisa

Ma. Ariete Pontes de Oliveira

Autor Corporativo

Rede de Ensino Doctum - Instituto Ensinar Brasil

Direção da Unidade João Monlevade

Ma. Yolanda Carla Coelho Lima

Coordenação Acadêmica

Ma. Eliane Aparecida de Souza

Coordenação de Pesquisa - João Monlevade

Me. Breno Eustáquio da Silva

Assessoria de Comunicação/Apoio técnico

Valéria Jardim

André Jack Santos

APRESENTAÇÃO

A Rede de Ensino Doctum, através da Coordenação de Pesquisa, implantou a partir 2º semestre de 2012, atividades de Pesquisa por meio dos Grupos de Leitura Supervisionada (GRULES) e dos Grupos Docentes Interdisciplinares (GDIs). Essas iniciativas fazem parte de um projeto maior de Pesquisa que englobam:

- a) implementação e implantação de Editais de Pesquisa de Iniciação Científica (PICs) e de Pesquisa Institucional;
- b) busca de incentivos para Projetos de Pesquisa;
- c) Revista Científica (eletrônica);
- d) Criação de um sistema de coleta de dados por área (referentes a Colóquios, Seminários, Congressos, chamadas de artigos, etc.);
- e) organização anual de Fóruns Técnico-Científicos, etc.

Essa iniciativa tem proporcionado aos professores e aos alunos a promoção da integração entre pesquisa científica e atividades pedagógicas, visando a construção conjunta do conhecimento.

Apresentamos, em seguida, os anais do **Ateliê Técnico Científico: caderno de resumos de João Monlevade**, com os resumos dos trabalhos desenvolvidos nos GRULES no 1º semestre de 2017, sob a coordenação dos GDIs, da Faculdade Doctum de João Monlevade. O tema central são os Direitos Humanos e Fundamentais.

SUMÁRIO

Trabalho do 1º período de Administração.....	7
Trabalho do 2º período de Administração/2º Ciências Contábeis.....	8
Trabalho do 3º período de Administração.....	9
Trabalho do 4º período de Administração.....	10
Trabalho do 5º período de Administração.....	11
Trabalho do 6º período de Administração.....	12
Trabalho 1 do 1º período de Arquitetura.....	13
Trabalho 2 do 1º período de Arquitetura.....	14
Trabalho 3 do 1º período de Arquitetura.....	15
Trabalho do 1º período de Ciências Contábeis.....	16
Trabalho do 3º período de Ciências Contábeis.....	17
Trabalho do 5º período de Ciências Contábeis.....	18
Trabalho do 6º período de Ciências Contábeis.....	19
Trabalho do 7º período de Ciências Contábeis.....	20
Trabalho do 1º período de Direito A.....	21
Trabalho do 1º período de Direito B.....	22
Trabalho do 2º período de Direito.....	23
Trabalho do 3º período de Direito A.....	24
Trabalho do 3º período de Direito B.....	25
Trabalho do 4º período de Direito.....	26
Trabalho do 5º período de Direito A.....	27
Trabalho do 5º período de Direito B.....	28
Trabalho do 7º período de Direito A.....	29
Trabalho do 7º período de Direito B.....	30

Trabalho do 1º período de Engenharia Civil.....	31
Trabalho do 2º período de Engenharia Civil.....	32
Trabalho do 3º período de Engenharia Civil.....	33
Trabalho do 4º período de Engenharia Civil.....	34
Trabalho do 5º período de Engenharia Civil.....	35
Trabalho do 6º período de Engenharia Civil.....	36
Trabalho do 7º período de Engenharia Civil.....	37
Trabalho do 1º período de Engenharia Elétrica.....	38
Trabalho do 3º período de Engenharia Elétrica.....	39
Trabalho do 5º período de Engenharia Elétrica.....	40
Trabalho do 6º período de Engenharia Elétrica.....	41
Trabalho do 7º período de Engenharia Elétrica.....	42
Trabalho do 1º período de Engenharia de Produção.....	43
Trabalho do 3º período de Engenharia de Produção	44
Trabalho do 4º período de Engenharia de Produção	45
Trabalho do 5º período de Engenharia de Produção.....	46
Trabalho do 1º período de Tecnologia de Gestão de RH.....	47
Trabalho do 3º período de Tecnologia de Gestão de RH.....	48

DIREITOS HUMANOS E A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

MODALIDADE: Resumo

PROFESSORES COAUTORES:

Ana Paula Cota Moreira, Graziela Fátima Pereira e Margarete Alves Zunzarren

ESTUDANTES DO 1º PERÍODO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO:

Jordana Cláudia Santos e Silva, Marina Góis Silva, Maxwel Antônio dos Santos e Pâmela Gomes Oliveira

RESUMO

A inserção da mulher no mercado de trabalho se deu pela necessidade de continuar mantendo sua família nos períodos da primeira e segunda guerra mundial, já que seus maridos foram convocados para lutarem nas guerras, não podendo continuar sendo provedores do lar, ocasionando a maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Desde então, a mulher foi ocupando espaço neste mercado, mesmo diante de dificuldades e preconceitos que ainda impedem sua entrada e crescimento no âmbito profissional, prova disso é o descaso do governo na construção de creches, contribuindo para que as mulheres priorizem por seus filhos. Outrossim, a herança cultural machista, ainda influencia na aceitação das mulheres em empresas onde predominam o sexo masculino que, com pensamentos discriminatórios, as taxam como incapazes de exercer funções antes, realizadas por homens. Mesmo com o machismo que ainda perdura no Brasil, a sociedade não visualiza o potencial de liderança feminino, que com características como intuição, flexibilidade, racionalidade, sensibilidade, empatia e devido sua trajetória, tem uma capacidade elevada para trabalhar sob pressão, assim, trazendo excelentes resultados para a empresa. Portanto, embora às grandes conquistas políticas e sociais, a inserção da mulher no mercado de trabalho, ainda é acompanhada de muito discurso machista e muita dificuldade de aceitação. Os preceitos de Direitos Humanos, em sua totalidade, não são respeitados, principalmente, quando se trata de empregos formais para o público feminino. Essas observações são relevantes para destacar o quanto se deve investir em políticas públicas a fim de diminuir e erradicar a heterogeneidade de gênero, visto que, a trajetória feminina no trabalho foi longa, mas sua relevância para a sociedade ainda é colocado à prova.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher no Mercado de Trabalho. Liderança Feminina. Desigualdade de Gênero.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ÂMBITO DOMÉSTICO

MODALIDADE: Fichamento

PROFESSORES COAUTORES:

Ana Paula Cota Moreira, Breno Eustáquio da Silva e Maria da Trindade Leite

ESTUDANTES DO 2º PERÍODO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO/2º CIÊNCIAS CONTÁBEIS (enturmação):

André Luís Gomes Vasconcelos; Bruna Giardine Araújo; Laura Semião Martins; Maria Luisa Araújo Vidal e Werlaine Aparecida Teixeira

RESUMO

O artigo apresentado discute a violência contra a mulher em âmbito doméstico e familiar, no que tange a Lei Maria da Penha aplicada ao seio das relações familiares e afetivas. Predomina no artigo um olhar atento à visão crítica da mulher inserida na sociedade. Os autores expõem condições essenciais que permitem à mulher uma visão legal de seus direitos, quando é descrita a funcionalidade das políticas públicas e o papel importante para a aplicação da Lei. Em especial às mulheres, a leitura é de extrema importância para que essas possam estar cientes dos meios que permitem solucionar os problemas voltados à violência doméstica e familiar. Para a construção do referencial teórico foram usados vários autores, porém a lei 11.340/2006 serve como instrumento principal de análise do artigo em questão. Dessa forma, a metodologia empregada se baseia numa análise teórica profunda a partir de pesquisas bibliográficas e documentais. No texto, é feita uma comparação entre homens e mulheres, onde, os homens são vistos como aqueles que utilizam o cérebro, a inteligência, a capacidade de decisão. Já às mulheres, os sentimentos e a sensibilidade. O artigo permite as pessoas um conhecimento sólido com relação a violência sofrida em âmbito doméstico e familiar, indicando quais são os caminhos que elas devem recorrer para solucionar os seus problemas.

PALAVRAS- CHAVE: Violência. Mulher. Lei Maria da Penha.

“DIREITOS HUMANOS: DIREITO DE TODOS?”

MODALIDADE: Resenha

PROFESSORES COAUTORES:

Daniela Perdigão de Carvalho, Paulo Roberto Gonçalves Perisé e César Takaci Sato

ESTUDANTES DO 3º PERÍODO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO:

Luíza Barcelos, Matheus Henrique da Silva, Naiara de Oliveira Andrade, Roberlayne Patrícia Alves e Stephanie Loraine Rocha dos Santos

RESUMO

Caracteriza-se como Direitos Fundamentais os direitos que todos seres humanos devem usufruir. Ou seja, independente de classe social, gênero, posicionamento político, sem nenhuma distinção. Este trabalho teve como objetivo traçar uma comparação entre a teoria em direitos humanos e a sua expressão na prática cotidiana no Brasil. Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura, inicialmente fazendo um levantamento histórico dos direitos humanos e seu desenvolvimento no Brasil, retratando diversos eventos históricos que vieram a somar negativamente para a discussão desse conceito e depois uma descrição de algumas práticas comuns no país. Atualmente apresentando-se como pré-requisito para a manutenção da democracia é notório o fato de que esses direitos amplamente discutidos não são respeitados cotidianamente. Infelizmente, observam-se altos índices de violência, pobreza, miséria, preconceitos, analfabetismo, má distribuição de renda, dentre outros. No Brasil, muitas questões permeiam a problemática da não aplicabilidade legal dos termos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, dentre eles podemos lembrar o sempre presente “jeitinho brasileiro”. Infelizmente vivemos numa cultura que é caracterizada por erros e incoerências, cheio de contradições. Mas a realidade é bem diferente, não apenas nas relações sociais do dia a dia, mas na forma como o Estado brasileiro e seus operadores tratam os que mais precisam dele: em grande parte das vezes, com desprezo. Os resultados demonstram a discrepância entre discurso e prática, reforçando a necessidade de se pensar estratégias para a real efetivação dos direitos para todos.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Direitos Humanos no Brasil. Prática em Direitos Humanos.

DIREITOS FUNDAMENTAIS, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CONTROLE POPULAR

MODALIDADE: Resenha

PROFESSOR COAUTOR:

Renato Luiz Carvalho

ESTUDANTES DO 4º PERÍODO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO:

Ana Luiza Souza Cardoso, Crislaine Cássia Silva e Rosilaine Cássia Ramos Silva

RESUMO

“Direitos fundamentais, administração pública e controle popular”, traz algumas reflexões sobre esse tema de tanta importância na evolução da sociedade. Os direitos humanos, originalmente, tiveram como função fazer com que o Estado não interferisse na autonomia privada dos cidadãos, ou seja, os direitos dos indivíduos perante o Estado se caracterizavam como de defesa. A revolução Industrial, como efetivamente provocou crescimento econômico, também aumentava cada vez mais a desigualdade na repartição da riqueza. Da Administração patrimonialista poderíamos trazer características como a pessoalidade, a não divisão entre a coisa pública e os interesses pessoais dos governantes e a praticamente ausência de controle. O presidente Getúlio Vargas foi o responsável pela mudança no perfil administrativo, fazendo com que o descontrole e pessoalidade patrimonialistas cedessem pouco a pouco espaço a uma administração pública profissionalizada, com introdução de controles de pessoal, incluindo a seleção impessoal dos agentes a prestarem serviços ao Estado e de aquisição pública com os primeiros desenhos de regras licitatórias, contudo a Administração Pública precisava acompanhar a evolução da sociedade, do que, com o final da segunda e início da terceira dimensão dos direitos fundamentais, a escola gerencial foi sendo introduzida nos temas do Estado, com isso a Administração Pública ganhou 5 novos princípios quais sejam, o planejamento, o controle, a coordenação, a descentralização e a delegação de competência, com isso temos então a evolução do pensamento administrativo.

Palavras-Chave: Direitos fundamentais. Sociedade. Economia. Educação.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: DISCURSO VERSUS REALIDADE

MODALIDADE: Fichamento

PROFESSORES COAUTORES:

Ana Paula Cota Moreira e Breno Eustáquio da Silva

ESTUDANTES DO 5º PERÍODO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO:

Angélica de Carvalho Teixeira, Edson Martins Coelho Júnior, Mateus Marques Cosme Santiago e Loure Silva Araújo Dias

RESUMO

A importância da Qualidade de Vida no Trabalho, explorada de forma intensa no artigo Gestão de Pessoas: Implantando Qualidade de Vida no Trabalho Sustentável nas Organizações, de Maria de Fátima de Sousa Carvalho, é inegável quando tomamos como base as tendências atuais do mercado. Os comportamentos e as relações durante o trabalho, quando bem administrados, geram satisfação e potencializam a produtividade de uma equipe. O histórico da gestão de pessoas nas organizações evidenciou como a visão clássica – e marcada pelo conflito entre Capital e Trabalho – evoluiu para uma tendência de cultivar talentos. Basicamente, a história comprovou que o desejo vigoroso por lucros e resultados, reprimindo as demandas dos trabalhadores, não é mais o melhor caminho para a administração de uma empresa. Nesse cenário, a QVT – Qualidade de Vida no Trabalho é apresentada como mecanismo que visa, justamente, a compreensão e o atendimento das necessidades dos trabalhadores. Outro tópico abordado e de forte representatividade na administração de organizações é a sustentabilidade, responsável por mantê-las vivas no mercado por um longo período de tempo. Embora, na atualidade, há uma forte relação entre sustentabilidade e práticas ambientalmente responsáveis, a autora mostra que as bases da sustentabilidade vão além das questões ambientais, envolvendo também as dimensões econômica e social. Entende-se, então, que a sustentabilidade está associada a um sistema complexo; e que o equilíbrio entre os elementos do sistema consiste em um desafio para as empresas em geral. Nesse cenário, é apresentado o conceito de empresa economicamente eficiente como aquela que faz uso da sustentabilidade de modo a obter eficiência como vantagem competitiva. Ao confrontar os argumentos expostos com pesquisas que analisam a realidade de mercado, porém, obtêm-se conclusões contraditórias. Em geral, o dia a dia de muitas empresas se opõe ao discurso dos empresários – que afirmam concordar quanto à relevância dos temas.

Palavras-chave: Qualidade de vida no trabalho. Gestão de pessoas. Sustentabilidade. Administração.

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

MODALIDADE: Resumo Expandido

PROFESSORES COAUTORES:

Luzia Nunes dos Santos e Maria de Lourdes Monteiro Carvalho

ESTUDANTES DO 6º PERÍODO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO:

Carolynne Raquel Nunes Pereira, Cintia Cristina dos Santos, Dayana de Brito Firmino, Luiz Felipe de Miranda e Valdirene Helena Braga

RESUMO

Apesar de vivermos numa sociedade considerada moderna e avançada, o preconceito e a discriminação continuam bem presente. Direta ou indiretamente, indivíduos de pensamentos, características ou comportamentos diferentes aos da maioria, são fortemente discriminados. Muitas vezes não percebemos que pessoas, diariamente são excluídas no nosso meio social. Pode se dizer que a exclusão social de um modo geral se caracteriza por afastar o indivíduo do meio social em que vive. Sendo relacionada a vários fatores como: características físicas, (peso, altura), deficiência (física ou mental), políticos, religiosos, étnicos, cultural, racial, orientação sexual, entre outros. Trabalhar a inclusão social destas pessoas tem se tornado um assunto cada vez mais importante visto que é necessário criar ações e medidas que priorize a igualdade de direitos e de oportunidades de acesso para todos. Meu nome é rádio é um Filme de Drama norte americano lançado em 2003, inspirado em fatos reais. O filme tem o intuito de expor o preconceito e exclusão que um jovem negro americano (Rádio) sofre por ter deficiência mental, nos levando a refletir sobre as dificuldades enfrentadas não somente por ele, mas também por milhares de pessoas que vivenciam ou já vivenciaram este tipo de situação e preconceito em alguma fase de sua vida. O filme também enfatiza a dificuldade que a própria sociedade tem em aceitar a inclusão destas pessoas no meio social.

Palavras-chave: Exclusão Social. Preconceito. Inclusão Social.

MINHA CASA, MINHA VIDA: VISÃO PÓS-OCUPAÇÃO

MODALIDADE: PAPER

PROFESSORES COAUTORES:

Margareth Alves Zunzarren e Hugo Marlon da Silva Nascimento

ESTUDANTES DO 1º PERÍODO DE ARQUITETURA E URBANISMO (Trabalho 1):

Ana Célia Carolina da Fonseca, Luiz Francisco da Silva, Maria Imaculada Lisboa Morroni de Paiva, Paloma Domingues Simão e Roberta Abreu Pereira

RESUMO

Habitar uma moradia que atenda às necessidades mínimas de bem estar é essencial para as pessoas. Há um déficit elevado de moradias, em especial, para famílias de baixa renda que não conseguem economizar para construir ou comprar a casa própria, nem têm crédito para isso, o que faz com que recorram a programas de habitação social. Possuir uma residência promove a elevação da autoestima, diminui a desigualdade social e a vulnerabilidade física e emocional das pessoas. O Governo Federal em parceria com prefeituras municipais e a Caixa Econômica Federal desenvolve programas sociais que financiam casa própria como o “Minha Casa, Minha Vida”. Em João Monlevade, Minas Gerais, foi construído um conjunto residencial com 834 casas no Bairro Planalto. Este trabalho pretende verificar se as necessidades básicas em habitação foram atendidas, no Bairro Planalto, por meio da narração de uma moradora e reportagem em jornal da cidade. Segundo o arquiteto Héctor Vigliecca, especialista em habitação social, quando as moradias são construídas longe dos elementos que garantem o bem estar, ocorre exclusão social. A Portaria número 21, de 22 de janeiro de 2014 foi feita para garanti-los. A construção do conjunto residencial em João Monlevade foi iniciada antes da publicação da Portaria e pode manter a exclusão social.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social. Direito a Moradia. João Monlevade. Direitos Humanos. Minha Casa Minha Vida.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E SEUS ASPECTOS

MODALIDADE: PAPER

PROFESSORES COAUTORES:

Leilane Dias Gonzaga e Hugo Marlon da Silva Nascimento

ESTUDANTES DO 1º PERÍODO DE ARQUITETURA E URBANISMO (Trabalho 2):

José Mateus Bramante Araújo, Laiara Caires Araújo e Lídia Ralila Evangelista

RESUMO

Neste trabalho, buscou-se apresentar algumas informações a respeito da Regularização Fundiária, assim como estabelecer paralelos entre este assunto e os aspectos legais a que lhes são atribuídos. Além disso, o contexto socioeconômico e a realidade da população que vive em situação de moradia irregular no Brasil, também serão discutidos. Será apresentado também, a relação entre a Sustentabilidade Ecológica e a Regularização Fundiária, destacando as consequências dos assentamentos irregulares em áreas destinadas à preservação ambiental. O principal objetivo é despertar um senso crítico, mostrando através de evidências, que a desigualdade social e a existência de moradias irregulares, são resultados da má gestão do Governo, colocando-o como o principal transgressor dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Regularização fundiária. Direito a Moradia. Direitos Humanos. Moradia Irregular.

MORADIA, UMA PORTA DIFÍCIL A SER ABERTA

MODALIDADE: PAPER

PROFESSORES COAUTORES:

Liliane Sayegh e Hugo Marlon da Silva Nascimento

ESTUDANTES DO 1º PERÍODO DE ARQUITETURA E URBANISMO (Trabalho 3):

Aline Aparecida Silva Santos Lima, Avilyls Jeani Silva Alves, Jenner Ferreira de Oliveira, Joel Elias de Oliveira e Matheus da Costa Gonçalves

RESUMO

O déficit habitacional que lesa uma nação de suas próprias políticas públicas, as quais são consideradas modelo internacional pelos países desenvolvidos e subdesenvolvidos devido a sua iniciativa, qualidade e integração da sociedade civil aos direitos que já são assegurados aos mesmos. A recessão que afeta milhões de brasileiros, não está ligada apenas ao fato de ter ou não uma casa para morar vai além do sentido de posse e de privacidade, interfere diretamente em questões de esfera social, como na educação, saúde, segurança, trabalho e autoestima dos cidadãos. O cotidiano vivenciado pelo corpo social do séc. XXI tem se transfigurado para uma sociedade menos apática, que visa ter seus direitos assegurados perante a dificuldade habitacional, que é uma questão tão ancestral quanto a edificação das primeiras grandes urbes. No Brasil, esse problema ganhou ênfase e se agravou por conta do forte êxodo rural ocorrido no século passado, da estagnação do negócio imobiliário na década de 70 e da ausência de eficientes políticas públicas habitacionais. Os percalços dessa expressiva parcela da população brasileira têm de ser ressaltados e discutidos para que melhorias existam. Protestar o acesso a moradia e destacar a necessidade da qualidade de moradia além de assegurar os direitos básicos da pessoa humana servem também para apontar o desafio das políticas públicas, os quais se fazem necessário e de direito do cidadão. A precisão do acesso a um lar adequado e o entendimento da subjetividade de ter uma casa são os alicerces que sustentam a proposta deste projeto, que correlata a moradia irregular às necessidades básicas atendidas pelos conjuntos habitacionais.

Palavras-chave: Moradia. Direito a moradia. Habitação de Interesse social. Déficit Habitacional. Direitos Humanos.

VOCÊ SE PROSTITUIRIA?

MODALIDADE: Resenha

PROFESSORES COAUTORES:

Ícaro Trindade Carvalho e Rúbia Magalhães Fraga

ESTUDANTES DO 1º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS:

Allan Patrick Arthuso, Rosemary Almeida dos Santos Lima, Iago Italo Santiago dos Santos, Marciana de Fátima Martins, Vitoria Caroline Rocha Silva, Gabriel Marques Toledo, Keyla Bruna da Silveira e Maria Letícia Bezerra Fernandes

RESUMO

O tema prostituição é um, entre vários assuntos polêmicos discutidos na atualidade, quando lançamos a pergunta “Você se prostituiria?”, na verdade a intenção é levantar uma reflexão sobre o ato e a consequência dessa decisão. É relevante considerar não somente o que vai impactar na vida do indivíduo, mas também de todos aqueles que participam direta ou indiretamente da vida do mesmo, quando se escolhe seguir esse caminho e assumir a profissão. Apesar de estarmos falando sobre uma das profissões mais antigas do mundo, os tabus, preconceitos e rótulos ainda imperam qualquer discussão sobre o tema. É no intuito de abrir novos tópicos sobre o assunto, que promovemos como tema de resenha, a aceitação, legalização, motivação e consequências dos impactos da prostituição, na vida de um membro da sociedade e de seus entornos. Quando abordamos direitos humanos e prostituição, fica evidente que ao seguir este caminho e assumir-se como profissional do sexo, o indivíduo passa a não mais contar com os direitos básicos aos quais os membros de uma sociedade gozam, prova disso é a grande discriminação enfrentada. Infelizmente essa classe de trabalhadores não conta com nenhum amparo trabalhista, o que caracteriza o abandono e descaso social. Assim, observa-se, que a prostituição individual, praticada entre cliente e trabalhador sexual, ambos adultos e capazes, jamais foi objeto de proibição internacional. Diante disso, os países proibicionistas abusam do direito de cercear a liberdade individual, ferindo, isto sim, direitos básicos do cidadão. Considera-se, portanto, que por detrás de uma aparente escolha está presente uma determinação social, fruto das relações contraditórias estabelecidas nesta sociedade. A condição de vulnerabilidade social na qual estas mulheres estão inseridas é evidente e explícita a negação de sua cidadania e, conseqüentemente, os serviços dela decorrentes, de caráter público ou privado.

Palavras-chave: prostituição. direitos humanos. legalização. preconceito. direitos trabalhistas

O PAPEL DA ESCOLA NO CONVÍVIO COM A DIFERENÇA

MODALIDADE: Resenha

PROFESSORES COAUTORES:

César Takaci Sato, Daniela Perdigão de Carvalho e Paulo Roberto Gonçalves Périssé

ESTUDANTES DO 3º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS:

Ana Luísa dos Santos Tomaz, Bruna de Souza Bicalho, Débora Ferreira Silva, Iderlaine Cristina Euzébio e Roberta Antônia da Fonseca

RESUMO

Elaborado por Paola Cristine Marchioro Hanna, Maria de Lourdes do Prado Kruger D’Almeida e Ana Maria Eyng, o artigo retrata os direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal e o ambiente escolar como meio de discussão acerca do tema. Tendo em vista que a Constituição Federal afirma os direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes e que para efetivação precisa que as políticas públicas os considerem como perspectiva da construção da sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidades, foi elaborada uma pesquisa com 196 alunos de duas escolas públicas com a intenção de promover a reflexão dos alunos frente a seus direitos humanos e verificar quais direitos são compreendidos e quais são considerados mais importantes. Percebeu-se que entre os alunos de 3º e 4º séries prevalecia como prioridade o brincar, e entre os alunos de 7º e 8º séries já prevaleciam como prioridades o respeito e a liberdade, o que vai de encontro com as idades. Notou-se também que a maior parte deles tinha conhecimento de seus direitos. O ambiente escolar foi escolhido por ser um ambiente provido de diversidades e por ter o dever de educar o olhar dos alunos diante de diversos assuntos, levando conhecimento e promovendo discussões acerca do tema.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Papel da Escola. Constituição Federal.

PROFISSÃO E SOCIEDADE: DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS PLANEJAMENTO DO SUCESSO NOS NEGÓCIOS

MODALIDADE: Fichamento

PROFESSORES COAUTORES:

Graziela de Fátima Pereira e Micheline Glayse Silva

ESTUDANTES DO 5º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS:

Adélia Bastos, Aline Tomé, Cínthya Magalhães, Jaqueline Vieira e Raissa Andreza Júnior Gomes

RESUMO

O plano de negócio que se propõem a ser desenvolvido deste resumo tem finalidade de apresentar de forma breve e objetiva os estudos e análises da criação de uma empresa voltada para o ramo de churrascaria (Point SteakHouse) e a inserção dos direitos humanos e fundamentais com o diferencial em seu processo de gestão. O negócio é bastante rentável, dando às pessoas nova opção para se deliciarem com belíssimo cardápio, além do ambiente, que é a “cara” do Brasil. Dentre as estratégias que serão adotadas, podem-se citar exemplos como atenção especial no atendimento, atenção aos gostos dos clientes, profissionais qualificados e comprometidos, criação de espaço recreativo infantil, inovação de produtos, forma de atuação, qualidade, eficiência e eficácia. Vale ressaltar que sempre é possível propor melhorias e novidades, para isso é necessário observar hábitos, ouvir o público, criar novos produtos, novos serviços, etc. Atitudes como bom humor, prestatividade e cortesia são pontos fortes e essenciais que a Point SteakHouse buscará dentro dos direitos humanos comumente abarcados como aqueles inerentes ao ser humano, reconhecer que cada indivíduo poderá desfrutar de seus direitos sem diferença de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza, dentre outros. Visando assim, ampliar os níveis de satisfação dos clientes para proporcionar conseqüentemente, novos clientes. Outro assunto também muito importante por aqui é a responsabilidade social para firmar a visão e o conhecimento inicial de como abrir e desenvolver um negócio que seja inovador e que tenha grande retorno, além de vislumbrar a melhoria da sociedade através de trabalhos de reintegração e ações filantrópicas.

Palavras-chave: Plano de Negócio. Responsabilidade Social. Filantropia.

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

MODALIDADE: Resumo

PROFESSORES COAUTORES:

Maria de Lourdes Monteiro Carvalho e Priscilla Bianchi Couto

ESTUDANTES DO 6º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS:

Ana Luísa Chaves Milânio, Isabella Gomes Gonçalves, Natália Aparecida dos Santos e Raquel Torres Quaresma

RESUMO

Os Direitos humanos garantem as liberdades básicas das pessoas, envolve diversos valores como democracia, justiça, igualdade e respeito. Segundo o artigo, há os direitos de primeira geração que são os relacionados à individualidade das pessoas, os de segunda geração se referem aos direitos sociais e os de terceira são os direitos de solidariedade e fraternidade. O filme “Preciosa” exemplifica situações, que infelizmente afeta varias crianças e adolescentes no mundo atual, principalmente aqueles que vivem em ambientes onde não são oferecidas oportunidades de desenvolvimento educacional. A educação consiste em instruir e disciplinar as pessoas. A partir do momento em que os Direitos humanos forem inseridos nos ambientes escolares como uma disciplina que tenha o objetivo de oferecer aos alunos a capacidade de conhecer diversas culturas, diversas formas de sobrevivência, crenças, opiniões e etc., a sociedade será capaz de formar indivíduos mais tolerantes e livres para expressar e agir em conformidade com os Direitos humanos. Serão indivíduos respeitosos e solidários, dispostos a lutar em defesa dos Direitos humanos.

Palavras-chave: Democracia; Educação; Direitos Humanos.

CAOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – UM OLHAR SOB A ÓTICA CONTÁBIL DOS DIREITOS DE UM EMPREENDEDOR

MODALIDADE: Resumo

PROFESSORES COAUTORES:

Marcos Antônio Batista, Glaucia Aparecida Mendes Soares e Kelsey de Souza Faria

ESTUDANTES DO 7º PERÍODO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS:

Ana Carolina Paiva, Bruna Vitor Durães, Gildeane Aparecida Quaresma, Josimara Cristina Viana Carvalho, Mayara Cristina Almeida Martins, Mislayne Junielles dos Santos Andrade e Vanessa de Paiva Domingues

RESUMO

O estado do Espírito Santo iniciou o mês de fevereiro, do corrente ano, sendo alvo de repercussão mundial. Policiais militares paralisaram suas atividades por meio de greve que desencadearam reflexo em diversos segmentos sociais e culturais. Os mesmos reivindicavam melhores condições de trabalho e reajustes financeiros. Além destes diversos prejuízos, os danos econômicos tomaram proporções enormes. Estima-se uma perda total de R\$ 2,4 bilhões, segundo pesquisa da Fecomércio. O patrimônio de diversas empresas foram expressamente expostos por atos de vandalismo, depredação, saqueamento, entre outros. Estes atos provocaram uma devastação social e econômica generalizada, com perdas imensuráveis e de abrangência regional. O contador deve assumir uma postura de orientador, traçando planos e estratégias para que a empresa se posicione novamente no mercado. Fica então, a necessidade de alocação dos princípios/normativos contábeis que visam à continuidade da organização. Desta forma, para superar desafios e alcançar o sucesso, as empresas necessitam de um profissional capacitado, com visão global, flexível, ágil, comprometido, organizado e que esteja sempre preparado para enfrentar obstáculos em um cenário altamente competitivo e susceptível a riscos. Empresários que viram seus direitos violados buscam, sobretudo, reestruturar seus patrimônios, para que seus empreendimentos tragam, de fato e, contudo, benefícios financeiros futuros.

Palavras-chave: Greve Espírito Santo. Prejuízos. Importância do contador.

A INSERÇÃO DAS CRIANÇAS OBESAS NAS ESCOLAS

MODALIDADE: Fichamento

PROFESSORES COAUTORES:

Gardênia Staell Andrade; Ícaro Carvalho Trindade; Luana Roque Silva Mendes Barros e Margarete Alves Zunzarren

ESTUDANTES DO 1º PERÍODO DO CURSO DE DIREITO A:

Camilla Viana Fonseca; Dhiego Henrique Gomes; Kennedy Freitas Hosken; Miriane Aparecida Tomaz; Thayene Pâmela Valentino; Thifanny Eduarda Veloso Pereira e Yasmim Cristina da Silva Ferreira

RESUMO

A obesidade é uma patologia crônica associada à predisposição genética, alimentação inadequada, condições socioeconômicas e psicológicas. De acordo com dados da organização Mundial de Saúde (OMS), atualmente, 15 milhões de crianças e jovens no Brasil apresentam peso corporal em excesso. Com efeito, a existência de diferentes corporeidades é natural, mas a condição humana tornou o encontro entre os desiguais um ato sujeito à soberba e à prepotência, sendo a escola, o local onde este encontro se consolida. Por isso, a educação escolar precisa pautar suas práticas em valores que transcendam comportamentos meramente tolerantes, e sim primando por valores éticos em favor da vida. O bullying contra crianças e adolescentes obesos causa sérios problemas emocionais, psiquiátricos, na vida social e escolar, podendo gerar prejuízos no aprendizado, sendo impedimento para que exerçam com plenitude o seu direito à educação. É evidente que pessoas obesas devem ser vistas como seres singulares e diferentes e, por isso, a adoção de posturas mais inclusivas na sociedade e na escola é urgente e necessária. A inclusão é a maneira como as pessoas lidam com a heterogeneidade, pois quanto maior a diversidade, mais rica é a forma de se ver e de se conhecer o mundo. Com isso, é dever da escola juntamente com a família educar as crianças, para que respeitem o próximo, tendo empatia e humildade, ajudando não só aqueles que sofrem o bullying, mas ensinando aos agressores que o respeito às diferenças é essencial quando se trata da vida de um ser, mas também de uma sociedade, para que a mesma evolua de forma saudável e produtiva.

PALAVRAS-CHAVE: Bullying. Inclusão. Respeito.

OS IMIGRANTES NO BRASIL E O ACESSO À EDUCAÇÃO

MODALIDADE: Fichamento

PROFESSORES COAUTORES:

Gardênia Staell Andrade; Ícaro Carvalho Trindade; Luana Roque Silva Mendes Barros e Margarete Alves Zunzarren

ESTUDANTES DO 1º PERÍODO DO CURSO DE DIREITO B:

Allysson Paullineli De Souza; Eduarda Oliveira Lima; Isadora Pêso Loures Costa; Maria Eduarda Fernandes Almeida; Rafael Benício Cláudio e Victor Antonio Gomes Da Silva.

RESUMO

Quando se fala em imigrantes, é necessário ter como referência o período histórico marcado pelo início da escravidão no Brasil. Mas com o passar dos anos, esses que um dia foram escravizados, conquistaram seus direitos que foram previstos na Constituição da República de 1888 (CR/88), que teve como objetivo garantir o direito à saúde, à moradia e à educação, oferecendo amparo aos imigrantes, antes mesmo da criação do Estatuto do Estrangeiro (6815/1980). É importante mencionar que desde o descobrimento, o Brasil tem sido alvo do processo migratório e mediante as leis de amparo, se torna necessário propor à seguinte questão: Atualmente, o Estado brasileiro tem garantido aos imigrantes o direito à educação? O referido direito trouxe desafios à sociedade para a adaptação dos imigrantes e dificuldades para os educadores, por não haver incentivos do Estado para a educação dos estrangeiros que chegam ao País. Com efeito, não só a garantia de matrícula nas escolas faz com que haja a inclusão dos imigrantes, mas é preciso que o aluno permaneça na escola e que tenha um aprendizado significativo. Há também outro fator relevante que é o despreparo dos professores para receberem esses alunos, não oferecendo-lhes formas de atendimento diferenciadas. Portanto o papel do Estado é essencial para o cumprimento dos dispositivos legais, nacionais e estrangeiros, sendo seu dever do garantir aos imigrantes a educação e sua concretude.

PALAVRAS-CHAVE: Imigrantes. Educação. Estado

CRIANÇAS E ADOLESCENTES: LEIS DE AMPARO X SUPEREXPOSIÇÃO NAS REDES SOCIAIS

MODALIDADE: Fichamento

PROFESSORES COAUTORES:

Elivânia Felícia Braz; Luana Roque Silva Mendes Barros e Francisco Henrique Otoni de Barros

ESTUDANTES DO 2º PERÍODO DO CURSO DE DIREITO

Emanuela Luciano Gonçalves Oliveira; Estefânia Memelli Regiani Gomes; Iracema Ariadne Viçoso; João Irineu de Paulo Júnior e Tatiana Thais de Souza

RESUMO

Atualmente, grande parte das crianças e adolescentes têm acesso ao ambiente virtual e às redes sociais, onde encontram diversos conteúdos inapropriados à sua faixa etária em decorrência do seu estado de desenvolvimento e vulnerabilidade. Apesar da existência da proteção dos direitos da criança e do adolescente previstos no ECA e dos princípios basilares do direito que os preservam enquanto internautas, a exibição da vida íntima desse público nas redes sociais pode sujeitá-los a uma série de riscos e consequências indesejáveis que vão de encontro aos princípios norteadores que permeiam sua proteção, tais como, crise de identidade, influência de comportamentos deturpados, dependência, disfunção motora, déficit de atenção, pedofilia, *ciberbullyng*, pedofilia, entre outros. A necessidade de modernização da legislação especial, a dificuldade de ação e fiscalização pelas autoridades, a Inversão de valores éticos e morais da sociedade, a falta de controle dos pais e ou responsáveis por omissão, negligência ou descuido e a facilidade em burlar as regras de acesso em sites e aplicativos contribuem para a fragilidade e a inefetividade das normas de proteção aos direitos ao público infantoadolescente. Mesmo com a dificuldade de normatizar e fiscalizar todas as situações de risco da superexposição nas redes sociais do público em referência, se torna imprescindível a adoção de medidas de proteção à efetividade da tutela dos seus direitos nesse ambiente virtual.

PALAVRAS-CHAVE: Crianças e Adolescentes. Redes sociais. Vulnerabilidade. ECA. Superexposição.

OS NOVOS CAMINHOS PARA A MIGRAÇÃO

MODALIDADE: Fichamento

PROFESSORES COAUTORES:

Ícaro Trindade Carvalho; Renata Martins de Souza

ESTUDANTES DO 3º PERÍODO DO CURSO DE DIREITO A:

Carlos Magno da Rocha; Filipi Stefan Germano Ferreira; Leonardo Vigiani Rocha; Lorena Lima Lage; Marcos Vinícius Martins Pinto e Maycon César Pascoal

RESUMO

É notório que a vinda de imigrantes para o Brasil traz divergências de opiniões principalmente em relação à pessoas menos informadas. A triste realidade vivenciada pelos imigrantes, no que tange ao campo da empregabilidade revela um cenário de exploração, gerando, inclusive, tráfico de pessoas e trabalho escravo. Há precária organização de combate e fiscalização, o que dificulta denúncias sobre os abusos sofridos. Não há como calar-se diante da latente violação dos direitos humanos e ao princípio da dignidade da pessoa humana. Isto porque todos têm direito ao trabalho e a uma vida decente. A fim de assegurar seus direitos, há iniciativa dos interessados para a formação da nova lei para apresentar um novo tratado da questão migratória tal como emissão de documentos que facilite sua inserção no mercado de trabalho. Os refugiados encontram proteção à luz do direito internacional, tema que constitui uma das questões mais debatidas e complexas já enfrentados. Insta reconhecer que ninguém é refugiado por gosto ou opção. Não se pode negar a qualquer ser humano direitos civis básicos. Ressalta-se que a situação do imigrante é preocupante. Reconhece-se a existência do preconceito, marginalização. No entanto, pode-se dizer que o Brasil tem se esforçado para garantir-lhes a segurança. A questão clama pelo despertar de uma proposta humanitária não só para os governos, mas também para toda população, impondo uma revisão de valores, de soluções concretas em favor da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Imigrantes. Direitos Humanos. Dignidade Humana.

DIREITOS HUMANOS E IMIGRAÇÃO, POLÊMICAS EM UM MUNDO CONTEMPORÂNEO

MODALIDADE: Resenha

PROFESSORES COAUTORES:

Ícaro Trindade e Renata Martins de Souza

ESTUDANTES DO 3º PERÍODO DO CURSO DE DIREITO B:

Fillipe Ribeiro de Sá; Gleice Meire Novais Ferreira; Juliana Camila Gomes Lessa e Ludmilla Cristina Mendes Marcelino

RESUMO

O presente trabalho busca demonstrar a fragilidade material dos direitos humanos, com ênfase na imigração, na atual sociedade contemporânea. Outrossim, proporciona um olhar crítico aos receios da sociedade sobre o movimento imigratório ao tratar de assuntos como, miscigenação de culturas e principalmente segurança nacional. Denota-se portanto que a aversão ao imigrante vai além do simples conceito de xenofobia, tornando-se nítido o enraizamento racial e cultural em solo brasileiro. Em suma, é possível perceber que, além da insuficiência de recursos e da omissão governamental, características patriarcais, clientelares e nacionalistas ainda permeiam sobre a população, dificultando a inserção dos imigrantes em nosso país.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Imigração. Sociedade Contemporânea. Xenofobia. Inserção de Imigrantes.

JUSTIÇA RESTAURATIVA – MÉTODO APAC

MODALIDADE: Fichamento

PROFESSORES COAUTORES:

Ícaro Trindade Carvalho e Renata Martins de Souza

ESTUDANTES DO 4º PERÍODO DO CURSO DE DIREITO:

Adir Augusto Barros Filho; Caiado Souza Vieira; Judith Lourenço Claudiano; Larissa da Silva Ribeiro; Marcelia Gomes de Oliveira e Sara Cristina Silva

RESUMO

O sistema prisional sofreu grandes transformações ao longo dos séculos, até chegar ao modelo atual, onde se busca a ressocialização do indivíduo que foi condenado. O método de justiça restaurativa, cuja aplicação da APAC se propõe, consiste num experimento institucional religioso no campo da política criminal brasileira que tem por objetivo recuperar homens e mulheres privados da sua liberdade e humanizar a vida destes através da valorização humana, buscando devolver ao recuperando sua autoestima e autoconfiança, reformulando a imagem que o infrator criou de si mesmo. A execução do método resulta na valorização da pessoa humana, proporcionando ao preso às condições necessárias para reintegração do mesmo à sociedade. As vantagens de tal método consistem no fato de que além de ser extremamente eficaz na ressocialização do reeducando, tem um custo bem menor se comparado com o custo do Sistema Prisional Comum. Conclui-se, então, que o método APAC tem conseguido mudar a antiga concepção do sistema prisional e realizar uma mudança no cenário carcerário, transformando os detentos em cidadãos honestos e reestruturados e os convencendo-os a não voltarem para a vida delituosa, e os capacitando para que quando reintegrarem ao convívio social tenham oportunidades e chances de construir uma vida diferente, fazendo assim com que não voltem para a vida delituosa.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça restaurativa. Método APAC. Humanizar. Reintegrar.

A PRECARIIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO EM DETRIMENTO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

MODALIDADE: Resumo Expandido

PROFESSORES COAUTORES:

Hugo Lázaro Marques Martins e Fabiano Thales de Paula Lima

ESTUDANTES DO 5º PERÍODO DO CURSO DE DIREITO A:

Elias Elienay Carlos Marcelino Andrade; Francisneide Oliveira Neves; Mauro Lima de Sousa; Moisés Martins de Assis e Warley Starling Dias

RESUMO

Ao Estado incumbe cumprir suas atribuições no tocante a resguardar que os direitos e as garantias fundamentais sejam cumpridos em todas as esferas. No momento em que o Estado permanece inerte, deparamo-nos com o Estado de Coisas Inconstitucional, ou seja, ocorre uma violação sistêmica de tais direitos. O princípio da Dignidade da Pessoa Humana, fundamento da Constituição Federal brasileira, mesmo após quase três décadas, ainda encontra dificuldade em operacionalizar e efetivar de fato tal direito, um exemplo disso é o sistema carcerário brasileiro, em que o Estado com o dever de punir, não consegue alcançar o objetivo maior que é da ressocialização. Situações precárias, péssimas condições ambientais e de convivência, mais parece um calabouço do que um sistema prisional. O art. 83 da Lei 7.210/84 prevê que o estabelecimento prisional deverá conter em suas dependências, áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva, além da assistência material, à saúde, jurídica, social e religiosa. Ressalta-se a saúde, seja no âmbito físico ou mental, na atual condição dos presídios, tem sido uma das mais violadas. Sobre o ocorrido em presídios do estado de São Paulo, vale destacar Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria do estado, alegando que o banho frio é cruel e degradante, além de possibilitar a disseminação de doenças. Tais atos violam convenções internacionais de Direitos Humanos ao qual o Brasil é signatário, e a Constituição Estadual em seu art.143.

PALAVRAS-CHAVE: Estado de Coisas Inconstitucional. Banho Frio. Sistema Penitenciário.

REMÉDIO CONSTITUCIONAL À MODA COLOMBIANA

MODALIDADE: Fichamento

PROFESSORA ORIENTADORA:

Renata Martins

ESTUDANTES DO 5º PERÍODO DO CURSO DE DIREITO B:

Márcio Vinícius Rodrigues; Maria Tereza Caraccioli e Priscila Mol da Mota

RESUMO

Tida como a mais nova forma de consertar nosso sistema carcerário, às vistas do direito constitucional, recentemente foi julgada no STF uma medida cautelar junto à ADPF 347, sob a relatoria do ministro Marco Aurélio, atendendo ao requerimento do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), onde pede-se que o sistema carcerário brasileiro seja declarado um Estado de Coisas Inconstitucional – categoria de remédio constitucional copiado da Corte Constitucional Colombiana. Resumidamente, o Estado de Coisas Inconstitucional vem interferir na formulação e implementação das políticas públicas referente ao sistema carcerário, onde vê-se a violação massiva de vários direitos fundamentais, todos eles garantidos pela constituição, a falta de coordenação entre os poderes legislativo, executivo e judiciário, denominada falha estrutural e a necessidade de ordens dirigidas a todos estes órgãos, gerando novas políticas públicas ou o ajuste das que já existem. A presente situação de nosso sistema carcerário viola o princípio da dignidade da pessoa humana, dentre outros e, o que o estado faz para minimizar essa proteção deficiente? Nada. Justifica-se, portanto, a intervenção da Corte Constitucional Brasileira. Diferentemente da forma impositiva como fora implantada em um primeiro momento na Colômbia, no Brasil, a medida vem com um fulcro voltado ao diálogo entre os órgãos responsáveis, a fim de que o estado saia da inércia e a corte, por sua vez, não procure resolver tudo de forma autoritária e isolada.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema carcerário. Estado de Coisas Inconstitucional. Direitos Fundamentais. Corte Constitucional Brasileira.

IMPLICAÇÕES DO NCPCL À CLT: (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39 DO TST

MODALIDADE: *Paper*

PROFESSORES COAUTORES:

Ariete Pontes de Oliveira; Francisco Henrique Otoni de Barros e Tenório Moreira da Silva

ESTUDANTES DO 7º PERÍODO DO CURSO DE DIREITO A:

Andréia Souza Monteiro Barros; Cláudio Manoel Eloy Bicalho; Cléber Costa Barbosa; Geraldo da Consolação Domingues; Joice Cristina Bital Aranda; Kênia Cristina Barroso Vieira; Patrícia Cristina Nunes

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a Instrução Normativa nº 39, editada pelo TST em março de 2016, sob o enfoque constitucional, verificando seus reflexos na seara processual trabalhista, utilizando-se de uma metodologia descritiva, a partir da detida leitura de artigos de renomados autores. Recorreu-se ainda a outras referências que serão apontadas ao final deste trabalho. Com o advento da nova legislação processual civilista, que passou a vigorar no dia 18 de março de 2016, reacendeu na doutrina e jurisprudência pátria o debate acerca de sua incidência ou não no restante do ordenamento jurídico brasileiro. A análise dessa temática se justifica na medida em que a Instrução Normativa 39 cuidou, exatamente, desta problemática. Sob o argumento de que esta norma responderia aos questionamentos e divergências levantadas, garantindo ao jurisdicionado segurança jurídica, celeridade processual e uma efetiva prestação jurisdicional com vistas à garantia de direito alimentar. Deste modo, a IN 39/TST delimitou quais normas do novo Código de Processo Civil são aplicáveis ao Processo Trabalhista, quais são inaplicáveis e aquelas que seriam aplicáveis em termos. Entretanto, a iniciativa do TST passou a ser questionada quanto à competência e legitimidade do próprio Tribunal para editar tal norma, sendo esta, segundo alguns juristas, eivada de inconstitucionalidade e ilegalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Novo Código de Processo Civil. Instrução Normativa nº39 do TST.

A APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO NOVO CPC AO PROCESSO DO TRABALHO: A CONTROVÉRSIA EM TORNO DAS NOVAS REGRAS PROCESSUAIS TRAZIDAS PELA IN 39/2016

MODALIDADE: *Paper*

PROFESSORES COAUTORES:

Ariete Pontes de Oliveira; Francisco Henrique e Tenório Moreira da Silva

ESTUDANTES DO 7º PERÍODO DO CURSO DE DIREITO B:

Claudiany Cota Paiva; Lívia Maria Nascimento Lisboa; Ramon Éric dos Santos; Natália Almeida Ismael e Washington Max da Conceição

RESUMO

O Direito Processual do Trabalho é dotado de autonomia científica, uma vez que é constituído de normas, princípios regras e instituições próprias que o diferenciam do Direito Processual Civil. Além disso, a seara processual trabalhista tem como escopo a efetivação dos direitos fundamentais sociais, individuais, coletivos e difusos dos trabalhadores bem como a pacificação dos conflitos decorrentes da relação de trabalho. No entanto, a dimensão principiológica do novo Código de Processo Civil torna sua aplicação, em alguns casos, indispensável no processo do trabalho, ante o envelhecimento de alguns dispositivos processuais da CLT se comparados a dispositivos que tratam da mesma temática no novo diploma processual. Nessa esteira, o novo diploma processual civil, como bem explicitado em seu artigo 15, será fonte supletiva e/ou subsidiária nos casos de lacunas (normativa, ontológica ou axiológica) total ou parcial, da legislação processual trabalhista, condicionada, porém, à inexistência de incompatibilidade da norma a ser migrada do Novo CPC com os princípios do direito processual do trabalho. Defende-se, assim, um diálogo harmonioso entre o Novo CPC e o processo trabalhista, desde que esta reintegração propicie um adequado, justo, tempestivo e efetivo acesso à justiça do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Processual Trabalhista. Novo Código de Processo Civil. Instrução Normativa 39/2016 do TST.

O CONCEITO CTS – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE – COMO UMA FORMA DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA

MODALIDADE: Fichamento

PROFESSORES COAUTORES:

Francisca Daniela Simões; Nilza Maria de Carvalho e Bráulio Frances Barcelos

ESTUDANTES DO 1º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Ana Luiza Moreira; Jéssika Fidelis; Ketely Cordeiro; Luiz Henrique Juvenal e Renato de Castro

RESUMO

O presente fichamento de resumo corresponde a uma condensação fiel das ideias apresentadas no artigo “Interseções CTS, do direito à engenharia: o humano como fundamento básico”, que aponta como principal problema da sociedade o consumo exacerbado, máquinas como prioridade, falsa sensação de segurança e felicidade. O trabalho critica o modelo linear tradicional, que afirma resolver os problemas ambientais, sociais, políticos e econômicos através do desenvolvimento científico, demonstrando assim a incapacidade do homem de compreender que existem interpretações, culturas, ecossistemas, comunidades e leis diferentes. Os autores entendem que os direitos humanos contribuem para ordenar a convivência social, mas sozinhos eles não proporcionam o avanço científico e tecnológico a favor da sociedade e do meio ambiente. Portanto, faz-se necessário basear-se em fatores econômicos, políticos e religiosos para evoluir e criar novos direitos que não se anulem na prática, consolidando, assim, a formação crítico-reflexiva para os futuros profissionais do Direito, da Engenharia e de todas as áreas. Conforme os autores, o resultado da pesquisa demonstra que, apesar de viabilizar a convivência em sociedade e possuir uma diversidade de significados, somente os direitos humanos, sem outras normatizações e acordos, não são suficientes para promover melhorias na natureza e na vida de seres em geral. Processos educativos serão necessários para libertar a sociedade de tendências consumistas e sensações de felicidade e segurança artificiais.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo. Direitos humanos. Sociedade.

APLICABILIDADE E VARIABILIDADE DE SISTEMA SIMPLIFICADO NO TRATAMENTO DE ÁGUAS DE ABASTECIMENTO POR FILTRAÇÃO LENTA EM AREIA

MODALIDADE: Resumo

PROFESSOR COAUTOR:

Rodrigo Francisco de Resende Ribeiro

ESTUDANTES DO 2º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL:

Alex Souza Guerra Dias; Erina Christie Batista Guimarães; Flávio José Pires Soares; Sabrina Andrade Silveira e Vinícius Semião Martins

RESUMO

Ao longo da história, a filtração lenta em areia vem se constituindo em uma alternativa tecnológica atraente para países em desenvolvimento, posto que possui reduzidos custos de instalação e manutenção, aliados à facilidade operacional e à dispensa da utilização de produtos químicos. Paradoxalmente, esta tecnologia encontra-se mais disseminada em países de regiões desenvolvidas como Europa e América do Norte. A filtração lenta é um sistema de tratamento de água bastante viável para as propriedades rurais porque exige pouco investimento, não há necessidade do emprego de produtos químicos, nem a exigência de equipamentos sofisticados para controle do processo. No meio rural, o meio de consumo mais comum é o uso de água de nascentes, que podem ser facilmente contaminadas. As cisternas rurais talvez sejam os reservatórios hídricos mais importantes, tendo em vista a capacidade de acumular água de excelente qualidade. A filtração lenta em areia constitui-se em tecnologia de tratamento caracterizada como eficiente barreira microbiológica, apta a produzir efluentes com baixa quantidade de impurezas suspensas e dissolvidas e de microrganismos. O filtro lento é um eficiente tratamento de água a ser utilizado nas comunidades rurais da Região Centro-Sul, tanto para consumo humano quanto para os animais. É uma maneira simples e barata de a propriedade rural contar com água de boa qualidade, influenciando na saúde da família rural e no desempenho produtivo das criações.

PALAVRAS-CHAVE: Filtração Lenta. Tratamento de Água. Sustentabilidade. Economia.

A EFICIÊNCIA DA GESTÃO D'ÁGUA EM EDIFICAÇÕES

MODALIDADE: Resumo

PROFESSOR COAUTOR:

Rodrigo Francisco de Resende Ribeiro

ESTUDANTES DO 3º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL:

Liliane Andrade da Silva; Mateus de Assis Alves; David Farias Santos

Patrícia Kellen de Oliveira; Markus Vinícius Araujo Dias

RESUMO

Com a competitividade do mercado e a exigência dos clientes na busca do custo/benefício e desenvolvimento sustentável, a maioria das empresas está adotando programas de economia de água. Através de estudos o grupo estabeleceu métodos que buscam soluções para o aumento da disponibilidade hídrica, são eles: a redução do consumo da água potável, a gestão da demanda, a redução do desperdício, a diminuição da geração de fluentes e a implantação de sistemas de aproveitamento de águas pluviais e reuso de água cinza. O projeto água para todos além de aproveitar e reutilizar a água, beneficia diretamente a população de baixa renda, dando mais qualidade de vida a essas pessoas. O projeto água para todos tem o objetivo também de contribuir no processo de irrigação na produção de alimentos e na criação de animais. As grandes empresas do Brasil, tem programas de consumo de água consciente que contribui com tecnologias nas implantações de dispositivos economizadores de água e aumentam o recurso hídrico. O grupo realizou estudos e pesquisas sobre a eficiência na gestão d'água em edificações e foi constatado que as empresas estão se mobilizando e tendo como objetivo a sustentabilidade hídrica, contando com o apoio do Governo Federal para realizar os projetos de consumo consciente de água. Tais empresas se baseiam no Manual de Conservação e Reuso da Água em Edificações que orienta nas construções das obras.

PALAVRAS-CHAVE: Água. Custo. Reaproveitamento. Reuso. Sustentabilidade. Acessibilidade.

O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

MODALIDADE: Resumo

PROFESSOR COAUTOR:

Rodrigo Francisco de Resende Ribeiro

ESTUDANTES DO 4º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL:

Ivanildo Geraldo da Costa; Laene Magela Pinto; Jonh Weslei Souza Silva
Warleyton Gomes Silva e Leandro Barbosa Gonçalves

RESUMO

O crescimento consolidado do setor da construção civil está transformando a realidade dos canteiros de obras. Já se verifica o grande avanço na qualidade da construção civil, que passa a investir em tecnologias e qualificação como forma de aumentar a produtividade e reduzir os desperdícios. A discussão sobre o gerenciamento de resíduos na construção civil em Minas Gerais se deu devido ao grande volume de entulhos que este setor gera. Quando a destinação é realizada de forma descontrolada, são descartados em aterros clandestinos e passa a existir então a necessidade do Município ou Estado intervir com as regras sobre as responsabilidades e deveres de cada organização. Tendo em vista que sustentabilidade nada mais é do que o desenvolvimento econômico responsável, a correta destinação dos resíduos sólidos torna-se imprescindível. Ao investir na implantação de programas e sistemas de gestão de materiais, o setor avança em qualidade e gera uma economia anual de bilhões na compra de matéria-prima. A sensibilização do empresariado para a relevância do tema urge. Os resíduos de construção e demolição não devem ser armazenados todos juntos pois isto impossibilitará a reciclagem futura deles. É necessário fazer a segregação, ou seja, a sua separação logo após a produção. O Gerenciamento de resíduos na construção civil, deixa claro o papel fundamental dos Engenheiros Civis para a comunidade bem como a contribuição sobre as atividades desenvolvidas nas obras associadas a geração e manuseio dos resíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Gerenciamento. Resíduos Sólidos. Construção civil. Sustentabilidade.

O USO DE ESTRUTURAS MISTAS AÇO E CONCRETO PARA OTIMIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE PONTES VICINAIS

MODALIDADE: Fichamento

PROFESSORES COAUTORES:

Tales Augusto Dias e Santiago; Eduardo José Quaresma

ESTUDANTES DO 5º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL:

Adeneide de Melo Carvalho Souza; Alessandro Pontes Maciel; Gilmar Crispim dos Santos Ferreira; Juliana Cristina Santos Moura; Leonardo Pinheiro Bastieri e Vinicius Fraga Rodrigues

RESUMO

O tema central abordado no trabalho é o uso de estruturas metálicas na construção civil e benefícios a comunidade como a contribuição para o desenvolvimento da infraestrutura municipal, otimização da execução de pontes vicinais, racionalização de custos, melhoria do acesso viário para a entrada de insumos e escoamento de bens e serviços, além do deslocamento da população. O conteúdo principal do trabalho foi a explanação do programa de iniciativa da Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Governo de Minas Gerais que faz doação de elementos estruturais como vigas metálicas e tabuleiros de concreto para a construção de pontes vicinais, reconstrução da infraestrutura danificada em localidades atingidas por enchentes e inundações, bem como as soluções técnicas diversas ofertadas por meio da execução dos projetos-padrão, foi demonstrado a importância do projeto e o alcance social que o mesmo gera no desenvolvimento da infraestrutura municipal através de parceria com os municípios. Os benefícios das soluções técnicas do uso do sistema misto sendo tabuleiro de concreto e vigas metálicas são durabilidade, competitividade para a construção de pontes de pequeno porte, tempo de execução, facilidade de transporte, padronização, ganho de prazo na execução da obra chegando a 40% e redução no preço final em cerca de 30%.

PALAVRAS-CHAVE: Doação. Pontes vicinais. Estruturas mistas. Infraestrutura municipal.

ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA DE CHUVA

MODALIDADE: Resumo

PROFESSOR COAUTOR:

Rodrigo Francisco de Resende Ribeiro

ESTUDANTES DO 6º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL:

Jorge Henrique Costa Silva; José Jorge Silva e Luciano Cardoso Jardim

RESUMO

A chuva é uma fonte de água doce valiosa e sua captação é de extrema importância, principalmente porque "a água doce é um recurso finito e vulnerável". A falta de chuva provoca a seca, e ela traz enormes problemas à imensa população brasileira das regiões semiáridas, causando pobreza, desnutrição e êxodo para as grandes cidades. Já as enchentes provocadas por muita chuva em algumas regiões agravadas pelo desmatamento e pela impermeabilização do solo urbano, são responsáveis por prejuízos econômicos e sociais incalculáveis e pelos riscos à saúde e à qualidade de vida dos habitantes das áreas assoladas. A água pluvial ou simplesmente chuva com tratamentos simples é uma alternativa concreta para uso em descargas de vasos sanitários, irrigação de jardins e lavagens de carros, pisos e roupas, podendo ser adequada e levada a nível de potabilidade humana e animal. Com o intuito de armazenar a água da chuva para as demais atividades, existem no mercado vários sistemas de reaproveitamento de água pluvial que gera economia financeira por não consumir a rede de água pública e garante água armazenada principalmente em regiões secas e de grandes estiagens de chuva. A dificuldade hoje de se construir esse sistema é o preço elevado das peças e seus componentes. Com a necessidade de encontrar soluções para a preservação dos recursos hídricos, buscando soluções de baixo custo para captação de água de chuva de forma abrangente a toda população, foi desenvolvido o Desviufpe.

PALAVRAS-CHAVE: Desviufpe. Água doce. Chuva. Recursos Hídricos. Sustentabilidade

REUSO DE ÁGUAS CINZAS: GARANTIR O AMANHÃ

MODALIDADE: Resumo

PROFESSOR COAUTOR:

Rodrigo Francisco de Resende Ribeiro

ESTUDANTES DO 7º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL:

Bruno Pereira da Silva; Franklin Cota Cabral; Kevlin Celestino Soares;

Pablo Geraldo Gomes Perdigão e Vinícius Correa Martins

RESUMO

A ocupação desordenada pelo homem e a constante degradação do meio ambiente são exemplos de que cada vez mais estamos usando os recursos naturais de forma desequilibrada, ou seja, não damos tempo para a natureza reagir para compensar os danos causados, contribuindo para o desequilíbrio e a escassez dos recursos naturais disponíveis no Planeta. Pelo menos vinte países já sofrem com a escassez de água. Entre eles, estão Egito, Kuwait, Arábia Saudita, Israel, Argélia e Bélgica. No Brasil, o consumo per capita no país dobrou em 20 anos, enquanto a disponibilidade de água ficou três vezes menor. Para piorar esse quadro, há muito desperdício. Cerca de 30% da água tratada perde-se em vazamentos pelas ruas. A grande São Paulo desperdiça 10 m³ de água por segundo, o que daria para abastecer cerca de três milhões de pessoas diariamente. A água potável é um recurso que está cada vez mais escasso, segundo levantamentos da Organização das Nações Unidas (ONU), e futuramente irá faltar. Partindo dessa premissa e em tempo de escassez de recursos hídricos, temos que nos adaptar de forma que consigamos satisfazer nossas próprias necessidades. A utilização de águas cinzas em edificações residenciais multipavimentadas o que é na verdade o reuso das águas cinzas ou águas residuais que são descartadas provenientes dos lavatórios, chuveiros, tanques e máquinas de lavar roupa e louça e condensado de aparelhos de ar condicionado correspondem a 50% do esgoto residencial. Uma vez tratada corretamente, podem ser utilizadas em: lavagem de roupas, pisos e calçadas, irrigação e descarga de vasos sanitários.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente. Águas cinzas. Recursos Hídricos.

O HUMANO COMO FUNDAMENTO BÁSICO NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE DIREITO E ENGENHARIA

MODALIDADE: Fichamento

PROFESSORES COAUTORES:

Francisca Daniela Simões; Nilza Maria de Carvalho e Bráulio Frances Barcelos

ESTUDANTES DO 1º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA

Dienifer Liara Silva da Luz; João Paulo Araújo Machado; Luiz Otávio Silva Soares; Vinícius Corcínio Silva e Wilson Coelho Duarte

RESUMO

O artigo começa citando que a luta por uma ideologia não é mais a maior dificuldade enfrentada pelo ser humano. Hoje a sociedade passa por outro problema: o consumismo exagerado e a falsa sensação de segurança gerada por máquinas recentemente criadas. Estamos presos em uma redoma da alienação; por isso, diante dessa constatação, faz-se necessário o uso dos “direitos”. É preciso refletir sobre dois aspectos: a institucionalização da norma e a necessidade de transformar novos acordos em lei. Portanto, devem ser desenvolvidas maneiras de engajar a sociedade no processo de socialização, tornando o ser humano mais interessado pelo bem-estar do seu meio de convívio como um todo, e não só individualmente, ou seja, respeitar o direito e a liberdade de cada um. O texto visa compreender a configuração da tríade CTS (ciência, tecnologia e sociedade) e também a relação entre o indivíduo e a sociedade, dando ênfase ao ensino e à educação no sentido de melhorar a qualidade de vida de todos os seres humanos, assegurando seus direitos e liberdades. Nota-se que a população está mais próxima, devido às tecnologias que permitem maior conexão da sociedade, porém mantém-se distante da busca dos direitos garantidos à espécie humana. A existência dos direitos humanos promove a convivência pacífica da sociedade. Caso haja a elaboração de novos direitos, estes estarão, de maneira mais sólida, baseando-se na mudança da consciência social, levando em consideração questões políticas, econômicas e religiosas.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação. Direitos. Liberdade. Legislações.

A ROBÓTICA EDUCACIONAL COMO FERRAMENTA MULTIDISCIPLINAR: UM ESTUDO DE CASO PARA A FORMAÇÃO E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

MODALIDADE: Resenha

PROFESSORES COAUTORES:

Nilza Maria de Carvalho; Patrick Ferreira dos Santos e Rubem Geraldo Vasconcelos Machado

ESTUDANTES DO 3º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA

Bruno Pinho Medeiros de Aguiar; Marcelo Vaz Mateus; Matheus Fernandes Gomes; Maurício Carlos dos Santos e Romário Henrique Souza Lage

RESUMO

O artigo “A robótica educacional como ferramenta multidisciplinar: um estudo de caso para a formação e inclusão de pessoas com deficiência” aborda um projeto de extensão desenvolvido pelos discentes de engenharia elétrica do Grupo de Controle e Modelagem (GCOM) em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Trabalho (NACE) da Universidade Federal de São João Del-Rei. Esse projeto teve o propósito de promover a interação dos discentes com a comunidade em torno da UFSJ e consiste em oferecer aulas de robótica a alunos do ensino fundamental e médio das escolas públicas da cidade de São João Del-Rei que se encontravam com baixo desempenho escolar, como meio de acesso à tecnologia e de disseminação do conhecimento. O destaque do trabalho está na inclusão de estudantes com deficiências. No total, sessenta e quatro jovens participaram do projeto e sete apresentavam algum tipo de limitação: quatro surdos, um esquizofrênico, um com déficit de inteligência e um com síndrome de Asperger. Embora alguns julguem que os deficientes são incapazes de realizar as mesmas atividades que uma pessoa sem deficiência, concluiu-se nesse projeto que as qualidades individuais dos participantes se sobressaíram durante a elaboração das tarefas, superando as dificuldades impostas, muitas vezes, pelo preconceito, e que o trabalho em equipe foi primordial para o sucesso de todo o grupo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial. Robótica. Inclusão.

UM FUTURO COM ENERGIA SUSTENTÁVEL

Modalidade: Resumo Expandido

PROFESSORES COAUTORES:

Ana Regina Lara Bretz; Rubem Geraldo Vasconcelos Machado e Thaís de Fátima Araújo Silva

ESTUDANTES DO 5º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA

Bruno Teles dos Santos; Hugo Figueiredo Fonseca; João Vitor Barcelos Cunha; Marcel Henrique Moura Pinto; Marcelo Eduardo Fraga; Saulo da Luz Pascoal e Tiago Gomes Quintão

RESUMO

Inúmeras pessoas no mundo ainda não têm acesso à eletricidade e muitas ainda sofrem com a dependência da madeira, carvão ou resíduos para cozinhar e se aquecerem. Em países industrializados, o grande agravante está relacionado ao desperdício e a poluição, entretanto é o uso ineficiente da energia que acaba prejudicando a produtividade econômica e as emissões associadas. A energia sustentável que é uma energia acessível, limpa e barata permite abrir caminhos para as empresas crescerem, gerando empregos e criando novos mercados. No congresso da ONU: Rio+20, a proposta resultante foi audaciosa, através de um planejamento para 2030, nomeado: “Energia Sustentável para todos”. O intuito é mobilizar todas as classes econômicas, empresas, governos, investidores, a fim de assegurar o acesso universal aos modernos serviços de energia, dobrar a taxa global de eficiência energética e duplicar a quota das energias renováveis na matriz energética global. O artigo estudado: “Fatos Sobre Energia Sustentável” condiz com o projeto integrador, pois ambos têm como objetivo principal promover um desenvolvimento sustentável. O projeto promove um estudo em uma escola de João Monlevade a fim de pesquisar os desperdícios e promover ferramentas e procedimentos do uso eficiente da energia elétrica. Diante deste foco, o artigo e o projeto têm como objetivo a busca de soluções sustentáveis que visam a causar o mínimo impacto ao meio ambiente tornando-se prioridade mundial.

PALAVRAS CHAVE: Energia Sustentável. ONU. Eletrobrás. Rio+20. Economia.

SEGURANÇA PÚBLICA E O COMPORTAMENTO DA SOCIEDADE

Modalidade: Resumo Expandido

PROFESSORES COAUTORES:

Ana Regina Lara Bretz; Kleuber Aparecido Oliveira Silva e José Olimpio dos Santos Filho

ESTUDANTES DO 6º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA

Elzeario Caetano Junior; Marcus Vinícius Barcelos Leandro e Tamara Priscila de Souza Castro

RESUMO

A que ponto uma canção pode dizer tanto sobre uma sociedade que se acomoda diante de conflitos decorrentes do descaso do governo? Em análise da música *Minha Alma* composta pelo Marcelo Yuka e interpretada pela banda *O Rappa*, percebe-se que a angústia diante da insegurança demonstra o atual modelo que a sociedade está presa onde há uma constante busca pela fuga ao encontro da paz que a mesma espera, tornando-se prisioneira de uma calma ilusória imposta pela alta sociedade e o falso governo. A música em questão mostra um modelo onde a sociedade há de revidar, mas não nos mesmos métodos que levaram a insegurança, e deixa claro que com afeto, amor, carinho e qualquer outro sentimento não padrão poderia ser utilizado nesta busca. Refletindo a canção, foi possível associá-la ao projeto *Monitoramento Residencial Contra Furtos*, proposto na Disciplina Integradora VI, onde desafia os acadêmicos a implantarem sistemas seguros em residências, com o objetivo de garantir mais proteção aos moradores através de tecnologias inovadoras no mercado, sendo considerado um investimento necessário da própria população, visto que o governo não cumpre seu papel de garantir segurança, o que promove a violência e uma manutenção à desigualdade social. A punição usada pela polícia para combater a violência, gera conflitos e insegurança no povo que, nutrido pela corrupção das autoridades não sabe em quem confiar e decide se defender a próprio punho perdendo seu referencial de segurança e sua expectativa de vida.

Palavras-Chave: Desigualdade. Violência. Governo. Conflitos.

TECNOLOGIA ASSISTIVA NO BRASIL

Modalidade: Resumo Expandido

PROFESSORES COAUTORES:

Ana Regina Lara Bretz; Rubem Geraldo Vasconcelos Machado; Thaís de Fátima Araújo Silva

ESTUDANTES DO 7º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA

Henner Heverson de Assis; Talles da Silveira Ascensão e Hudson Carvalho Rezende

RESUMO

Este trabalho consiste em desenvolver uma prótese eletromecânica de um joelho controlado por um sistema PID Adaptativo, que terá suas constantes (Proporcional, Integral e Derivativa) definidas por uma inteligência computacional usando o Algoritmo de Otimização “Evolução Diferencial”. Tal projeto terá como meta ser de baixo custo e mais acessível, utilizando um motor de corrente contínua de pequeno porte de ímã permanente com um sem fim que terá sua velocidade e sentido controlados por um circuito eletrônico com PID Adaptativo à velocidade do andar, com capacidade de 5.000 passos por dia com a bateria a plena carga; Tal demanda surgiu para o grupo quando o mesmo foi desafiado a desenvolver o projeto GRULES 2017 concatenando quatro “dimensões” do curso: Disciplina Integradora VII, Máquinas Elétricas, Controle de Sistemas Dinâmicos, alinhados com a necessidade de atendimento a uma demanda de Cunho Social; Dessa feita, por meio da análise do Livro da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Comitê de Ajudas Técnicas; lançado em 2006 pelo Governo Brasileiro, somado ao Artigo “cadeira de rodas motorizada com controle digital de velocidade: uma aplicação de telemetria utilizando zigbee”, viu-se que cerca de 43,7% da população brasileira possui algum tipo de redução da mobilidade, seja permanente ou temporária; Sendo a população brasileira atual de 206.000.000 de pessoas, tem-se então 90.000.000 de pessoas a serem assistidas; E analisando os preços elevados das próteses atualmente disponíveis, poucas pessoas têm acesso às mesmas no Brasil, cuja renda per capita de em 2016 foi de R\$ 1.113.

Palavras-Chave: Prótese. Controlador. Mobilidade. Preço.

AVALIAÇÃO DO ARRANJO FÍSICO DE UM LABORATÓRIO DE ANÁLISES FÍSICAS DO MINÉRIO DE FERRO

Modalidade: Fichamento

PROFESSORES COAUTORES:

Marco Túlio Costa e Bráulio Barcelos

ESTUDANTES DO 1º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Glaydiston Oliveira Filho; Marcelo Pontes Santiago; Patrícia de Melo Arcanjo; Sheila Renata Alves e Vítor Azevedo Ferreira

RESUMO

O laboratório físico de análise de minério de ferro tem como principal objetivo a entrega de resultados das amostras dos produtos intermediários e finais com qualidade e com menor tempo de resposta para os clientes. Para atendimento aos requisitos citados, o atual layout do laboratório estudado foi desenvolvido para o processo produtivo conforme arranjo físico funcional, onde os equipamentos são dispostos de forma linear para facilitar o processamento das amostras de acordo com a característica granulométrica do mineral. Além do arranjo físico ser definido em função dos clientes, estudos ergonômicos foram realizados através de pesquisas com funcionários para maior conforto e satisfação. Com este layout, o setor ganha em produtividade, pois há flexibilidade para usar os equipamentos de acordo com a característica das amostras e o espaço foi dimensionado para trabalhar adequadamente, atendendo o direito fundamental de segurança e bem estar para os trabalhadores do setor.

PALAVRAS-CHAVE: Laboratório físico; Arranjo Físico; Produtividade.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO POR MEIO DO MODELO DE WALTON, UM ESTUDO DE CASO

MODALIDADE: Artigo

PROFESSORES COAUTORES:

Alain Viana de Araujo Junior; Daniela Rodrigues Dias e Teresinha Janussi de Jesus

ESTUDANTES DO 3º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO:

Bruna Figueiredo Pereira; Marx Goncalves de Almeida e Licurgo de Souza Rodrigues Teixeira

RESUMO

Quando o assunto é Qualidade de Vida no Trabalho, algumas organizações pensam em como conquistar o engajamento dos empregados a fim de gerar resultados competitivos e sustentáveis aos seus negócios. Esse desafio está repleto de situações ligadas ao cotidiano que interagem e interferem, a todo o momento, na relação entre os empregados e a organização. Tais relações constroem aspectos que são os pilares da Qualidade de Vida no Trabalho, fator esse determinante para o sucesso da organização em seus objetivos, uma vez que, está intimamente ligado ao desempenho dos empregados em suas tarefas diárias. O presente artigo, desenvolvido pelos acadêmicos da Faculdade Doctum de João Monlevade, embasado no Modelo elaborado por R. E. Walton sobre Qualidade de Vida no Trabalho, consiste no desenvolvimento de um estudo de caso, com a consequente aplicação de um questionário, baseado no modelo do autor acima citado, onde o entrevistado escolhe uma, entre cinco opções, em um total de 35 perguntas, de maneira a retratar sua visão relativa aos aspectos que compõe a Qualidade de Vida no Trabalho presentes na organização onde o mesmo trabalha. Ao fim do processo de pesquisa e análise dos resultados obtidos, foi elaborado um diagnóstico, pautado no modelo supracitado, bem como um pequeno plano de ação, sendo esses apresentados aos Gestores da unidade caso.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de Vida no Trabalho. QVT. Walton.

TINTA ECOLÓGICA COM RESÍDUOS DA CONTRUÇÃO CIVIL

Modalidade: Relatório Técnico Científico

PROFESSORES COAUTORES:

Alain Viana Júnior, Georges Demetre e Marco Túlio Costa Domingues

ESTUDANTES DO 4º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Adriel Sanches, Carla Apolinario, Jhonatan Silva e Luiza Silva

RESUMO

A reciclagem de resíduos gerados pela indústria da construção civil vem se consolidando como uma prática importante para a sustentabilidade, atenuando o impacto ambiental gerado pelo setor e reduzindo os custos. A tinta imobiliária tem compostos orgânicos voláteis que possui substância orgânica que participa de reações fotoquímicas na atmosfera, causando danos a saúde dos trabalhadores da construção civil, e ao meio ambiente. Pensando nisso foi desenvolvido a tinta ecológica, para substituir a tinta imobiliária. Com a produção da tinta ecológica os detritos sobrados da construção civil são usados para a produção da mesma, possibilitando a diminuição do impacto ambiental causado pelos resíduos.

Palavras-chave: Tinta ecológica. Resíduo. Sustentabilidade.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PROVIDA PELA CONCESSIONÁRIA DE TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE DE JOÃO MONLEVADE

MODALIDADE: Resenha

PROFESSOR COAUTOR:

Marco Túlio Domingues Costa

ESTUDANTES DO 5º PERÍODO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO:

Alexandro Freitas da Silva; Artur Silva Barbosa; Fernando Morais Gomes; Thiago Henrique Monteiro Fialho e Yuri Faustino Maia Campos

RESUMO

A água é um bem natural de inestimável importância para o ser humano e, por isso, o uso consciente e o controle da qualidade da mesma trata-se um direito fundamental à população. Atualmente verifica-se um elevado nível de comprometimento dos ecossistemas aquáticos ocasionados por ações humanas, tais como urbanização desordenada, ocupação de áreas inadequadas e a falta de saneamento. Além disso, a ação da degradação dos recursos hídricos traz como consequência o aumento de doenças como cólera, leptospirose e febre tifoide, entre outras. Considerando tais aspectos, vê-se a necessidade de preservar e controlar as propriedades da água, observando a importância da mesma para a manutenção da qualidade de vida. Dessa forma, é direito de todo cidadão que o fornecimento seja constantemente avaliado com o intuito de fornecer uma relação de consumo mais segura e equilibrada. Diante dos fatos, é importante utilizar-se de ferramentas para fiscalizar eventuais violações do direito a informações e transparência que o consumidor possui. Sendo assim, como uma forma de auxiliar a reduzir eventuais problemas como PH (acidez) elevado, turbidez excessiva e condutividade (excesso ou falta de sais minerais na água), foi proposto a utilização da análise estatística na averiguação da qualidade da água fornecida na cidade de João Monlevade. Com essas análises, pôde-se distinguir o nível de qualidade da água que a distribuidora comercializa para a população.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade da água; Análise estatística; Direito fundamental.

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS - Identificando raça, vulnerabilidade social e violência

MODALIDADE: Fichamento

PROFESSORES COAUTORES:

Luzia Nunes dos Santos; Walquíria Angélica dos Santos e Giovane Christian Nunis

ESTUDANTES DO 1º PERÍODO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS:

Clayton Talles dos Santos; Lidiana Priscila Leite; Ludmila Leite Martins Brandão; Marcela Aparecida Nicolau dos Santos e Miracele Maria Soares Bueno

RESUMO

O trabalho retrata sobre o tema chave do Grules: Violência e usa como base para seu desenvolvimento o filme “Preciosa – Uma História de Esperança”. Ao longo do trabalho foram citadas e observadas as visões e sensações que o filme passa aos telespectadores que denota na sociedade contemporânea e a relação dos efeitos deste tema na humanidade. O filme retrata a história de uma adolescente de 16 anos, negra, obesa, pobre e analfabeta, possuidora de uma imagem recheada de estigmas atuantes como limitantes do ser e do existir. Claireece Preciosa Jones é mais uma vítima da opressão, do preconceito, da negligência, da violência e do descaso. Nesse viés, Preciosa desenvolve transtornos de imagem e psicossociais os quais trarão consequências negativas em sua vida pessoal, escolar e familiar, bem como privações socialmente impostas. Além de bullying, sofria violência sexual e psicológica pelo seu pai, era agredida fisicamente e psiquicamente pela mãe que acobertava os abusos cometidos pelo marido, culpando a filha por isso. O filme mostra a realidade bruta, dura, sofrida e triste de muitas famílias, de como muitos jovens sofrem abusos silenciosamente e são despercebidos pela sociedade. O filme retrata a violação dos direitos humanos, especialmente o que preconiza o artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

PALAVRAS-CHAVE: Opressão. Preconceito. Famílias.

O MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL É REALMENTE PARA TODOS?

Modalidade: Resenha

PROFESSORES COAUTORES:

Rúbia Magalhães Fraga e Rinaldo Conde Bueno

ESTUDANTES DO 3º PERÍODO DO CURSO DE RH:

Chaine Ferreira, Fernanda Costa, Indiamara Silva, Lívia Alves e Regiane Freitas

RESUMO

Durante muito tempo cultivou-se a ideia de que o sistema racial no Brasil é desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial. Quando se analisa de forma mais profunda, vê-se o quão distante se está a realidade, sendo a sociedade marcada pela diferença de oportunidades entre brancos e negros. Teria de fato o negro as mesmas possibilidades de empregabilidade se comparado ao branco? Uma pesquisa realizada pelos alunos do curso Tecnólogo de Recursos Humanos da Faculdade Doctum, demonstra a dificuldade de inserção do negro no mercado de trabalho. Foram entrevistados 140 pessoas, em sua maioria mulheres entre 18 e 35 anos, com escolaridade expressiva entre ensino médio e/ou superior. A pesquisa destaca que 74% dos entrevistados relatam que seus colegas de trabalho não são negros e 80% destaca que já presenciou alguma atitude preconceituosa. Outro índice expressivo da pesquisa destaca que 65% dos entrevistados acreditam que os negros não possuem as mesmas oportunidades que o branco e ainda que ser negra e mulher diminui ainda mais a possibilidade de conseguir uma boa colocação no mercado. É fácil constatar a realidade da pesquisa: quando você for ao comércio analise por quantos negros você é atendido. Quantos professores negros você tem? Quais as lideranças negras que você conhece. As disparidades sociais e econômicas no Brasil precisam ser minimizadas. As novas gerações precisam desprover-se do racismo, quer seja no âmbito social, escolar ou de trabalho. Conhecer é o melhor caminho. Não se muda aquilo que não se conhece.

Palavras-Chave: Direito, Trabalho, Negro.